

MANUEL DE FREITAS VALLE FILHO: O HABITUS NO SISTEMA CORONELISTA NA CORRESPONDÊNCIA A BORGES DE MEDEIROS (1903-1916)

MANUEL DE FREITAS VALLE FILHO: EL HABITUS EN EL SISTEMA CORONELISTA EN CORRESPONDENCIA A BORGES DE MEDEIROS (1903-1916)

Recebido em: 10/11/2022

Aceito em: 18/01/2023

Milena de Souza da Silva ¹ 

Instituto Histórico e Geográfico de Alegrete

Resumo: Pretende-se analisar dez das correspondências enviadas do Coronel Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros no período de 1903 a 1916. Para isso, será utilizado o conceito de habitus de Pierre Bourdieu para explicar de que forma se manifestam, nas correspondências que se propõe analisar, as práticas de clientelismo. Num primeiro momento, será apresentado o Manoel de Freitas Valle Filho para que se conheça um pouco a respeito de quem foi este coronel; num segundo momento, apresenta-se o que é um coronel; no terceiro momento, apresenta-se o conceito de habitus e a prática clientelista; por conseguinte, no penúltimo momento, analisa-se algumas das cartas enviadas pelo referido coronel com o intuito de observar de que forma se manifesta as relações de clientelismo; e por fim, as considerações finais.

Palavras-chave: Manuel de Freitas; Sistema Coronelista; Habitus; Borges de Medeiros.

Resumen: Se pretende analizar diez de las cartas enviadas por Coronel Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros en el período de 1903 a 1916. Para ello, se utilizará el concepto de habitus de Pierre Bourdieu para explicar cómo se manifiestan en las cartas que son propuestas para analizar las prácticas de clientelismo. En un primer momento se presentará a Manoel de Freitas Valle Filho para que se pueda conocer un poco de quién fue este coronel; en un segundo momento, presenta lo que es un coronel; en el tercer momento se presenta el concepto de habitus y práctica clientelar; por ello, en el penúltimo momento, se analizan algunas de las cartas enviadas por el mencionado coronel para observar cómo se manifiestan las relaciones de clientelismo; y finalmente, las consideraciones finales.

Palabras-chaves: Manuel de Freitas; Sistema Colonial; hábito; Borges de Medeiros.

INTRODUÇÃO

Manoel de Freitas Valle Filho nasceu em Alegrete, no ano de 1867. Era filho de Manoel de Freitas Valle e dona Luiza Jacques Freitas Valle. Casou-se com Rita Macedo Freitas Valle com quem teve oito filhos. Era de família tradicional conservadora, mas conseguiu contagiar-se com as ideias positivistas do Partido Republicano Rio-

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: milena.sosa@bol.com.br

²Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 0070, 18/09/1913 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

Grandense. Durante o governo provisório chegou a ser um dos coronéis dissidentes junto a outros coronéis e amigos insatisfeitos com a ditadura que estava sendo imposta por Júlio de Castilhos. Segundo Arthur Ferreira Filho *Foi Vice-governador do Estado e recebeu durante a Revolução o título de Coronel*².

Assim como seu pai que Na política foi um dos chefes de mais prestígio de seu tempo, militante no partido conservador³, Manoel de Freitas Valle Filho se destacou sempre entre os seus correligionários. Além do cargo de Vice-governador do Estado foi também, por mais de uma vez, Intendente da cidade de Alegrete. Segundo “O Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhista”⁴ Ainda muito jovem se tornou chefe com um prestígio inconfundível, escutado e acatado pelos dirigentes máximos do partido. Sagrado intendente municipal pelo voto quase unânime de seus conterrâneos.

Manoel de Freitas Valle Filho era um grande proprietário de terras. Sabe-se que em 1904, o mesmo, comprou mais uma légua de campo, com esta seriam três léguas. Segundo Luiz Araújo Filho⁵ É a única fazenda do município que presentemente conta três léguas quadradas de superfície, de um só dono.

Manoel de Freitas Valle Filho também manteve contato com o comércio, tornado ele, o único coronel a ter contato com “eleitores” tanto no campo quanto na cidade, pois a dedicação a este tipo de trabalho também fora herdado de seu pai. Este por sua vez, manteve por um bom tempo, sua firma comercial “Jacques & Freitas”, que mais tarde se chamou “Freitas Valle & Jacques”.

Tudo leva a crer que o coronel Manoel de Freitas Valle Filho foi indicado de propósito para governar como Vice-Presidente do estado do Rio Grande do Sul, pois de acordo com que foi dito, ele era um coronel com vínculos, estruturas políticas tanto no meio rural quanto no meio urbano, fazendo dele, um coronel diferente dos outros que, ou tinham vínculos só na cidade ou só na campanha.

² FILHO, Arthur Ferreira. Nomes Tutelares do Ensino Rio-Grandense. 2 Ed. atual. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro – Departamento de Assuntos Culturais, 1977, p. 13.

³ Ibidem, p. 244.

⁴ TIMM, Octacílio B., GONZALEZ, Eugenio. O Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhista. Rio Grande do Sul: Livraria Selbach de J. R. da Fonseca e Cia., 1934, p. 4.

⁵ FILHO, Luiz Araújo. O município de Alegrete. Porto Alegre: CORAG, 1985, p. 275.

O QUE É UM CORONEL?

Dá-se início à discussão, citando Victor Nunes Leal que parte da análise de que o coronel faz parte de um sistema, pois segundo ele, o que mais lhe preocupava era o sistema, a estrutura e a maneira pelas quais as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município. Segundo Nunes Leal, O aspecto que logo salta aos olhos é o da liderança, com a figura do “coronel” ocupando o lugar de maior destaque ⁶.

As relações de poder no Rio Grande do Sul, durante o Império, eram baseadas na centralização, no monarquismo sem contestações, ou seja, a sociedade dominada pelo estado. De acordo com Nelson Werneck Sodré⁷, a transição do Brasil Imperial para o Republicano pode ser entendida como uma subordinação política das zonas do interior às forças políticas do litoral. No império os “chefes políticos” locais do interior (coronéis), possuíam grande poder. Os municípios eram subordinados diretamente ao Governo Central.

Loiva Otero Félix⁸ afirma que *o Rio Grande do Sul não só viveu a instituição coronelista da mesma forma que as demais regiões do Brasil na Primeira República...* Loiva define o coronelismo gaúcho como o produto da soma de semelhanças e diferenças, ou seja, situações que o aproximam dos demais casos de poder local do Estado brasileiro com os elementos oriundos das condições históricas peculiares do surgimento e formação do estado sulino. Segundo a autora, duas variáveis se destacariam neste conjunto que são:

a tradição militar de fronteira ligada à atividade pecuária e o componente ideológico do positivismo castilhistaborgista, com tudo que cada uma destas traz em recorrência⁹.

Sabe-se que o coronelismo remonta ao período colonial e imperial e que suas relações de poder local se definem como de caráter coronelista a meados do século

⁶ LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto (O município e o Regime Representativo no Brasil). 4ªed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p.21.

⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. Panorama do Segundo Império. 2ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

⁸ FÉLIX, Loiva Otero. Coronelismo, borgismo e cooptação política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 10.

⁹ Idem, p. 11.

XVIII, estruturando-se da sociedade pastoril e latifundiária. Durante o Império existiu um tipo de coronel e durante a transição republicana surgiu um outro. Segundo Raymundo Faoro¹⁰:

O fenômeno coronelista não é novo. Nova será sua coloração estadualista e sua emancipação no agrarismo republicano, mais liberto das teias e das dependências econômicas do patrimonialismo central do Império.

No período imperial, se estabeleceu a sociedade denominada como o ciclo pastoril-militar. Esta sociedade exigia a emergência de líderes políticos militares que tivessem poderes regionais para definir limites e estabilizar a socioeconômica. Com isso, os donos de terras, os fazendeiros passarão aos poucos, a assumir importantes poderes de chefes civis através de títulos fornecidos pela Guarda Nacional. Para Raymundo Faoro O coronel, antes de ser líder político, é um líder econômico... o coronel, economicamente autônomo, formará o primeiro degrau da estrutura política, projetada de baixo para cima¹¹.

A relação entre governador e o coronel é de obediência, autoridade por parte da milícia estadual e pelos instrumentos financeiros e econômicos. O proprietário de terras necessitava de pessoal próprio para também se garantir no poder. O Partido Liberal se apoiava na participação dos coronéis, pois estes buscavam votos ao partido em troca de ampla autonomia. Junto ao governador estava a milícia estadual que era a força policial que ajudava a chamar a atenção dos coronéis. Segundo Faoro Poderosa a milícia estadual, fracos os coronéis. Ao contrário, rala a força policial,...poderoso será o coronel¹². Raymundo Faoro fala que No ponto extremo dessa supremacia estadual está, acima do coronel obediente, o coronel burocrata, particular ao Rio Grande do Sul¹³.

As relações de poder tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul, na transição do Império para a República, sofreu mudanças. O poder centralizado nas bases imperiais passou a centralizar-se em cada Estado durante a República Velha, representado através de um chefe político, que neste caso foi Júlio de Castilhos e assim

¹⁰ FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 16ed. São Paulo: Globo, 2004, p. 621.

¹¹ Idem, p. 622.

¹² Ibidem, p. 630.

¹³ Ibidem, p. 629.

por diante. Então, o modelo de coronel também sofreu mudanças, passando do “coronel tradicional” para o “coronel burocrata”. O coronel burocrata fazia a política e complementava a administração pública municipal. Segundo Joseph Love existia uma qualificação indispensável para alguém exercer o poder local: a disposição de acatar decisões partidas de cima; daí o nome “coronel burocrata”¹⁴. Participava dentro de um partido político único, mas não monolítico. De acordo com Raymundo Faoro:

Os consumos eleitorais cabem, em regra, ao coronel, por conta de seu patrimônio. Em troca, os empregos públicos, sejam os municipais ou os estaduais sediados na comuna, obedecem às suas indicações¹⁵.

Os coronéis do Rio Grande do Sul e das outras regiões brasileiras eram proprietários rurais, não necessariamente os maiores proprietários de terras de sua região. Os intendentos, coronéis ou não, não podiam tomar decisões importantes sem antes consultar o chefe político estadual. Segundo Joseph Love:

O que distinguia o coronel gaúcho era seu papel dentro da estrutura partidária. (...) o coronel obtinha usualmente sua posição no partido oficial, em função de seu poder econômico e prestígio social dentro de certa área¹⁶.

Para explicar o desenvolvimento do coronelismo gaúcho, Loiva Félix, traçou etapas de acordo com as áreas geográficas de desenvolvimento histórico. A autora dividiu o estado em: litoral, campanha, zona colonial e planalto, incluindo Missões e o Planalto Central. Este plano foi escolhido, segundo ela, porque nos fins do século XIX e início do século XX, poderiam ser visualizadas com nitidez quatro áreas econômico-socio-culturais, com características políticas próprias. Seguindo esta lógica, se analisa a que corresponde a área da região da campanha, já que o trabalho proposto é sobre um Coronel pertencente a esta região. Segundo Loiva Otero Félix:

b) Zona da fronteira sul e da campanha: domínio do latifúndio, das grandes estâncias de criação de gado,... É a região de povoamento mais

¹⁴ LOVE, Joseph L. O Regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930. Trad. Adalberto Marson. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 84.

¹⁵ FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 16ed. São Paulo: Globo, 2004, p. 631.

¹⁶ LOVE, Joseph L. O Regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930. Trad. Adalberto Marson. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 84.

antiga, associada à linha fronteira e ao desenvolvimento histórico que caracterizamos como ciclo pastoril-militar. É o reduto mais identificado, no Império, com o Partido Liberal e, mais tarde, na República, com o Partido Federalista¹⁷.

Júlio de Castilhos, em 1898, indicou como seu sucessor Borges de Medeiros. Antonio Augusto Borges de Medeiros que se manteve no poder até 1926. Durante o período em que esteve no poder, Borges de Medeiros, segundo Danilo Lazzarotto¹⁸ foi apenas uma figura decorativa. Quem governava mesmo era Castilhos. O mesmo processo se deu quando, em 1908, Carlos Barbosa Gonçalves assumia a presidência do estado por indicação de Borges de Medeiros. Walter Spalding¹⁹ afirma que Em 1906, teve início nova campanha eleitoral para a presidência do Estado no quinquênio 1908-1913. Se falava em mais uma reeleição do Dr. Borges de Medeiros.

Encerra-se o subtítulo com o conceito de Victor Nunes Leal que diz: (...) o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido (...).²⁰ Segundo Leal, não é possível compreender este sistema sem referenciá-lo à estrutura agrária, pois ela é a base de sustentação das manifestações de poder privado no interior do Brasil. Para isso, segundo ele, esses compromissos resultam as características secundárias do sistema “coronelista”, como o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais (LEAL, 1978:20). Segundo o autor, a essência do “coronelista”:

(...) parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; parte da situação estadual, cartabrancas ao chefe local governista (de preferência o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar²¹.

Com base nesta discussão, é que parte-se para a análise de uma dessas características, denominada clientelismo, prática secular na política brasileira que também foi exercida no coronelismo.

¹⁷ FÉLIX, Loiva Otero. Coronelismo, borgismo e cooptação política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 46.

¹⁸ LAZZAROTTO, Danilo. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Sulina Editora, 1971, p. 127.

¹⁹ SPALDING, Walter. Construtores do Rio Grande. V. 3. Porto Alegre: Sulina Editora, 1973, p. 158.

²⁰ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto (O município e o Regime Representativo no Brasil)*. 4ªed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p.20.

²¹ Idem, p. 50.

O HABITUS E O CLIENTELISTEMO

Antes mesmo de aplicar os conceitos de *habitus* e clientelismo, prefere-se situar o leitor em relação aos seus respectivos conceitos. Explicar a teoria e depois ver como estes aparecem nas correspondências de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (1903-1916).

O *habitus* é uma noção filosófica antiga, que se originou no pensamento de Aristóteles, como o termo *hexis*, elaborada na sua doutrina sobre a virtude. Depois, o termo foi traduzido para o latim como *habitus*, sendo adaptado em 1960, pelo sociólogo Pierre Bourdieu.

Segundo Pierre Bourdieu²², o *habitus* consiste em uma matriz geradora de comportamentos, visões de mundo e sistemas de classificação da realidade que se incorporam aos indivíduos (ao mesmo tempo que se desenvolvem neles), seja nos níveis das práticas, seja no da postura corporal (*hexis*) desses mesmos sujeitos. Desse modo, o *habitus* é entendido e gerado na sociedade e incorporado pelos indivíduos. De acordo com Bourdieu (...) *o conceito de habitus tem por função primordial lembrar com ênfase que nossas ações possuem frequentemente, por princípio, mais o senso prático do que o cálculo racional.* (BOURDIEU, 2003:78). Segundo Bourdieu:

As estruturas constitutivas (...) que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, (...) ²³.

Este artigo observa o *habitus* no sistema coronelista, através da prática clientelista nas correspondências enviadas do coronel Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros, no período de 1903 a 1916. O coronelismo foi um sistema político que possuiu características e práticas em que no campo político e social foram desenvolvidas.

²² BOURDIEU, P. A Gênese dos conceitos de *habitus* e campo. In: BOURDIEU, P. Poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 59-74.

²³ BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1983, p. 46-81.

Segundo Richard Graham²⁴ as relações entre o público e privado no Brasil do século XIX, sugerindo a existência de uma aliança entre elite central e chefes locais, mediada pela patronagem. O caráter estruturador da patronagem vinha da troca de empregos por votos, estabelecendo uma cadeia de relações de dependência, que colocava os vínculos público e privado em fluxo contínuo.

Para Richard Graham, o clientelismo foi o fio condutor da política no Brasil, de todo o ato político. A vitória eleitoral sempre dependeu do uso competente dessa forma de relação, perpassando a concessão, cargos oficiais e outros favores, em troca da lealdade política e pessoal. A atenção à trama clientelista sobrepunha-se aos esforços de organização de interesses econômicos ou ao fortalecimento do poder central. Com isso as elites gastavam a maior parte de sua energia na formação de redes de clientelismo, ampliando seu séqüito ou encontrando um protetor poderoso para suas fortunas políticas²⁵.

Ao mesmo tempo em que sustentava a parafernália do estado, o clientelismo se tornava uma razão em si, pois fortalecia o círculo “apadrinhamento-eleições-apadrinhamento”, baseado na troca de gratidão por favores (GRAHAM, 1997, p. 229). Favores fundamentados em pedidos para obtenção de nomeações, favores destinados a membros da família, que vinha em primeiro lugar, e depois a amigos pessoais ou políticos. Estes, por sua vez, eram atendidos com a condição de os “beneficiados” estarem de acordo com a prática clientelista.

Edson Nunes²⁶ chama a atenção para a desigualdade que desempenha um papel-chave na sobrevivência tanto do *patrons* quanto de clientes gerando assim, uma série de laços pessoais entre eles. Segundo o autor, o clientelismo abarca as trocas generalizadas, aquelas que incluem promessas e expectativa de retorno futuros; e as pessoais, que é a troca dos bens restritos. As trocas são feitas de acordo com a condição geral do grupo, são caracterizadas pelo impersonalismo, ou seja, não há uma preocupação com as características pessoais de quem se faz a troca.

²⁴ GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

²⁵ Idem, p.22.

²⁶ NUNES, Edson. A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

Marieta de Moraes Ferreira²⁷ chama de “Rede de sociabilidade”, o que tem base no apadrinhamento, na troca de favores, ou seja, é outro nome dado à prática clientelista que consiste em uma rede de relações familiares.

As trocas de favores e de lealdade política e pessoal, que caracterizam as redes de clientelismo, podem fazer parte de uma matriz geradora de comportamentos mais do senso prático do que do cálculo racional. Essas redes de trocas de favores compõem uma estrutura da qual o sujeito é condicionado a reproduzi-las.

DA CORRESPONDÊNCIA

No Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul foram encontradas cinquenta e sete correspondências do Coronel Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros no período de 1903 a 1916. Destas cinquenta e sete cartas, foram selecionadas dez das que melhor evidenciam o que se pretende analisar, que é a prática clientelista no sistema coronelista. Márcio Cordeiro Biavaschi, em seu artigo intitulado “O habitus coronelista na correspondência passiva de Borges de Medeiros”, diz que:

Amplamente se pode observar o habitus próprio ao sistema coronelista no Rio Grande do Sul na Primeira República através das práticas coercitivas, como o voto a cabresto, pelas trocas de favores, e aquelas permeadas por relações de cunho clientelista (BIAVASCHI, 2008, p.76).

A prática clientelista é conhecida pela troca de favores, pelo pedido, pelo apadrinhamento, pela recomendação, entre outras características. De acordo com Biavaschi, Este *habitus* confirma-se na não percepção por parte dos dominados de quem são seus dominadores, como ele mesmo, evidenciou ao analisar as cartas enviadas a Borges de Medeiros em que os remetentes requerem auxílio ao líder estadual para resolver suas mazelas que tem origem na orientação do próprio líder partidário.(BIAVASCHI, 2008:76).

As correspondências que a partir de agora, passam-se a ser analisadas são, primeiramente, passiva. Estas são enviadas pelo Coronel Manoel de Freitas Valle Filho

²⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes. Correspondência familiar e rede de sociabilidade. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). Escrita de si, escrita da história. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 246.

a Borges de Medeiros, no período de 1903 a 1916. Através das cartas, é que se pretende observar como se manifesta o *habitus* coronelista através do clientelismo.

Em 1903, o Coronel Manoel de Freitas Valle Filho escreve a primeira correspondência a Borges de Medeiros. Nesta, o coronel, que é atual Intendente da cidade de Alegrete e que começa manter “laços de amizade” com Borges, fala que... *diversos empregados do foro, os quais me haviam pedido para intervir seu favor perante o criterioso e justiceiro chefe de nosso Estado*. Aqui fica claro um primeiro pedido do coronel, seguido de bons adjetivos, a Borges. Ele, chefe político local pede ao chefe político Estadual por seus amigos, que com certeza são do mesmo partido, para eles obterem seus pagamentos por serviços forenses há muito julgados e terminados. Manoel de Freitas conclui dizendo que:

Assim é que venho à presença de meu amigo e chefe interpor meus bons ofícios, no sentido de favorecer a reclamação, que me parece fundamentada, daqueles funcionários, nossos amigos políticos, bons companheiros políticos, bons servidores, necessitando de haver o que lhe é devido, como vais a ver²⁸.

Na carta, do dia 2 de julho de 1904, Manoel primeiro relata a fuga de um preso que se achava recolhido no xadrez da cadeia e estava sendo processado por crime de homicídio. Também relata que tinha recomendado aos carcereiros maior vigilância... O caso é que o preso acabou escapando e o Manoel de Freitas escreveu relatando e tentando se desculpar pelo ocorrido. Manoel de Freitas teve que se humilhar, pois essa falha demonstraria a incompetência do coronel perante seu chefe, Borges de Medeiros.

Em seguida, o coronel Manoel lembra ao Borges de Medeiros a respeito de um pedido de nomeação já feito no seguinte trecho da carta: *Lembro ao amigo o meu pedido de nomeação de um Delegado de Hygino para esta cidade, e conforme meu telegramma, indicamos o Dr. Alpheu Bicca de Medeiros*²⁹. Aqui fica claro que outro tipo de comunicação, além das cartas era o telegrama. Através dele, Manoel e Borges conversavam e alguns pedidos também eram feitos através destes. Talvez por isso, é que Manoel enviava cartas menos frequentemente.

²⁸ Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 0001, 03/10/1903 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

²⁹ Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 0005, 02/07/1904 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

Em 1905, Manoel de Freitas Valle Filho envia uma carta a Borges de Medeiros com o objetivo de solicitar pedidos de vários amigos e companheiros e também para que Borges intervenha junto ao Dr. General Comandante do distrito militar no seguinte trecho da carta:

Desejando comprazer aos pedidos de vários am^{os}. e companheiros, venho solicitar a vossa prestigiosa intervenção junto do Dr. General Commandante deste districto militar a fim de ser incluído na primeira lista de promoções por merecimento o nome do nosso bom correligionário Capitão Alicastro da Fontoura, official distincto e cheio de serviços da campanha em prol da causa da republica (...)³⁰

Na carta enviada a Borges em 1906, Manoel de Freitas Valle interfere de novo pelo Hygino Pereira Nunes, desta vez para arrumar uma colocação de auxiliar na guarda aduaneira como nos mostra uma parte da correspondência:

No intuito de ser útil a um amigo, o qual é ao mesmo tempo um bom companheiro político, com muitos bons serviços prestados ao partido, inclusive os de Campanha, venho perante o am^o. E chefe pedir para elle uma collocação de auxiliar na guarda aduaneira³¹.

Feitos os pedidos, Manoel de Freitas Valle, geralmente, justifica o seu pedido, como este a respeito de Julio Ruas *Posso afirmar-vos que o meu recomendado reúne em si os melhores predicados para qualquer cargo que possa ser confiado à sua intelligencia, illustração e moralidade*. Ruas seria útil à “rede” na medida em que era um jornalista e proprietário de um jornal e uma gráfica. Dando continuação à carta, o coronel continua tentando convencer o Borges através, digamos, de certo tipo de retribuição de favores. Manoel espera que Borges retribua tudo o que ele fez e faz em nome do Partido Republicano Rio-grandense. Isso se pode analisar no seguinte trecho:

Seria uma alta prova da nossa consideração o patrocínio do meu pedido para este distincto moço, o qual, tenho certeza, saberá corresponder á

³⁰ Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (n^o. 0018, 09/06/1905 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

³¹ Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (n^o. 0027, 17/02/1906 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

confiança que lhe haja de ser authorgada no cargo que proporcionades para elle³².

Em outra carta escolhida para a análise é a do ano 1909, pois Manoel de Freitas Valle Filho já estava no poder a nível Estadual. Como Vice-presidente do Estado, Manoel, que se manteve em sua cidade, Alegrete, continua a escrever para Borges. Em uma primeira linha, Manoel se refere ao ex-presidente desta forma Estimarei, de coração, que meu caro amigo goze saúde³³. No seguinte trecho fala assim O Dr. Manoel Romero, Juiz Distrital desta cidade, vai pedir demissão, por isso peço ao caro amigo para ser nomeado o Dr. Eugenio Pires. Por conseguinte, faz outro pedido, na verdade uma exigência; Peço também que o juiz de Comarca que fôr nomeado para o Alegrete, seja uma pessoa integra e competente³⁴. Observa-se que Manoel sempre se refere ao Borges elogiando-o e depois lhe pede a aprovação de algo que beneficie ao próprio missivista quanto seu protegido. Em seguida afirma Sempre, nos momentos necessários seréis seu soldado, disciplinado, orientado e obediente estar a seu lado³⁵.

No seguinte parágrafo, ele fala para aconselhar o chefe Borges de Medeiros desta forma Peço a Deus por sua preciosa saúde e que fique bem forte. O cigarro é um veneno, assim que, para os homens superiores com o meu amigo, é fácil deixar³⁶. Com estes conselhos, Manoel mostra que além de ser submisso a Borges, também se preocupava com a saúde de seu superior, ou seja, aquele que o manteve e que o mantinha no poder.

Na carta enviada em 1913, intervém a favor de um patricio, por estar sobrando uma vaga de dentista na corporação, sugere seu amigo Julio Vieira Diogo. Começa a carta assim:

Venho ao caro chefe com o fim de obter um especial serviço, para ser util a um patricio. É o cirurgião – dentista Julio Vieira Diogo, que deseja collocar-se na Brigada Militar, e como me consta que há uma vaga de dentista nessa corporação, seria um acto que muito me punharia³⁷.

³² Idem.

³³ Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 0054, 27/11/1909 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

³⁴ Idem.

³⁵ Ibidem.

³⁶ Ibidem.

³⁷ Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 0065, 11/07/1913 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

Ao apresentar este artigo, utilizou-se de uma das cartas de Manoel de Freitas Valle Filho para ilustrar a prática clientelista neste sistema que é o coronelismo. De acordo com a carta, Manoel de Freitas recomenda um correligionário, João Baptista do Prado, a Borges de Medeiros. Diz que ele merece um cargo de acordo com sua condição social. Manoel insiste dizendo que ele (...) merece que se lha proporcione, atendendo-se as circunstancias em que se encontra³⁸. Logo, tenta convencer a Borges dizendo que: Será para mim motivo de muita gratidão a vossa vontade em relação a este pedido³⁹.

O ano de 1913, foi o ano em que Manoel de Freitas Valle Filho enviou mais cartas, totalizando 3 no mesmo ano. Todas com pedidos aos seus amigos políticos. Na terceira carta enviada neste ano, na qual ele intervém em favor da professora Almerinda Closs, residente em Porto Alegre, e que precisa de uma nomeação para dar aulas, Manoel é bem prático e direto, começa a carta desta forma: *Venho perante o caro chefe hoje reiterar o pedido que vos fiz relativamente á professora D. Almerinda Closs, actualmente residindo em Porto Alegre*⁴⁰. Em seguida expõe o problema e o pedido *O meu anterior pedido foi para conseguir a sua nomeação para alguma das aulas dessa capital, ou do Estado*⁴¹.

O *habitus* e o clientelismo consistem em uma prática que trabalha para a formação de uma rede de troca de favores, por isso, é que se observa que a cada pedido feito há uma estratégia por trás, que é a de conseguir votos, mais correligionários políticos. O mais importante dessa estratégia é que os merecedores desses pedidos tenham a responsabilidade de continuar a rede de sociabilidade, no lugar em que está empregado.

De acordo com essas características apresentadas por Murilo de Carvalho a José Murilo de Carvalho⁴² diz que os pedintes podem ser classificados como o pedinte *chato*, aquele que faz pedidos constantes; o *exigente*, aquele que além de exigir um emprego ainda tem uma condição, como o usado para a sua análise: *Podia ser qualquer emprego*,

³⁸ Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 0070, 18/09/1913 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

³⁹ Idem.

⁴⁰ Carta de Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros (nº. 0062, 17/06/1913 – Alegrete/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

⁴¹ Idem.

⁴² Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 43, nº.1, 2000, pp.83 a 117.

desde que o vencimento não fosse inferior a dois contos de réis ao ano, soma razoável á época (...) (CARVALHO, 2000: 5). Outro tipo de pedinte era o *modesto*, aquele que aceita qualquer emprego, pois confiava na boa fé de seu superior; existia também o *prático*, aquele que emendava um pedido atrás do outro numa mesma carta, sem cerimônia.

Fazendo uma comparação respeito dos “tipos de pedintes”, percebe-se que o coronel Manoel de Freitas Valle Filho possuía um pouquinho de cada dessas características. Apresentou-se como um do pedinte chato, porque, na metade das cartas, fazia questão de relembrar ao Borges de Medeiros quanto a seus pedidos já feitos e não correspondidos; também se observa que ele era um pedinte exigente, não no sentido de condicionar alguma coisa, mas sim, quando junto ao pedido, mencionava a solução, ou seja, o seu desejo; Manoel de Freitas raramente apresentava características de um pedinte modesto, ao mencionar que estaria de acordo com o que o chefe decidisse; às vezes, era um tanto prático, pois chegava a fazer dois pedidos por carta, isso sem contar das poucas informações a respeito dos pedidos feitos por telegrama.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste artigo, analisou-se o *habitus*, a prática denominada clientelismo mostrando suas características mais comuns que são os pedidos, as trocas de favores através das cartas do coronel Manoel de Freitas Valle Filho a Borges de Medeiros, no período de 1903 a 1916.

Constatou-se então, que o *habitus* e o clientelismo consistem em uma prática que trabalha para a formação de uma rede de troca de favores, por isso, é que se observa que a cada pedido feito há uma estratégia por trás, que é a de conseguir votos e mais correligionários políticos. O mais importante dessa estratégia é que os mercedores desses pedidos tenham a responsabilidade de continuar a rede de sociabilidade, no lugar em que está empregado e na função que exerce. Tem-se como exemplo clássico, o caso do pedido para Júlio Ruas que tinha condições para reproduzir a rede, pois era jornalista e dono de um jornal, o que seria muito relevante para o PRR.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO FILHO, Luiz. **O Município de Alegrete**. Alegrete; O Coqueiro. 1908.

BIAVASCHI, Márcio Cordeiro. In: Escritas íntimas, tempo e lugares de memória: a documentação pessoal como fonte para a história. Margaret M.Bakos. Porto Alegre: Palier, 2008.

BOURDIEU, P. A Gênese dos conceitos de *habitus* e campo. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 59-74.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). Pierre Bourdieu: **sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p. 46-81.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 2003.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 16ed. São Paulo: Globo, 2004.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Correspondência familiar e rede de sociabilidade. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: **Escrita de si. Escrita de si**. Escrita da História. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. **Arquivo Borges de Medeiros**. Cartas, 1903 a 1916.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto (O município e o Regime Representativo no Brasil)**. 4ªed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

LOVE, Joseph L. **O Regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. Trad. Adalberto Marson. São Paulo: Perspectiva, 1975.

NUNES, Edson. **A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

SANTOS, Julio R. Quevedo e SANTOS, José C. Tamanquevis. **Rio Grande do Sul: Aspectos da História**. 7ed. Porto Alegre: Martins livreiro, 2002.

TIMM, Octacílio B., GONZALEZ, Eugenio. **O Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas**. Rio Grande do Sul: Livraria Selbach de J. R. da Fonseca e Cia., 1934.